



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.^a COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Presidente: Exmo. Sr. Ivo Mendonça

Secretário: Exmo. Sr. Adilson Menagem.

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 15 minutos.

Deu-se continuidade à apreciação conjunta, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.^a/2017 – Proposta lei de sobre as Grandes Opções de Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2018, vendo o orçamento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Fizeram uso da palavra, o Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Teodorico Campos) e os Srs. Deputados Mário Fernando (ADI), Joaquim Salvador (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI) e José António Miguel (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Ivo Mendonça da Costa

Joaquim **Salvador Afonso**

Mário Fernando de Jesus Rainho

Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, muito obrigado pela sua presença e seja bem-vindo. Eu gostaria que o Sr. Ministro fizesse uma breve apresentação do orçamento do seu ministério.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (Teodorico Campos): — Sr. Presidente, Caros Deputados, bom dia.

Em nome do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, estamos cá para fazer o ponto de situação daquilo que está inserido no nosso orçamento para 2018. E como todos sabemos, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural é um ministério transversal, embora estejamos inseridos particularmente no mundo rural, para podermos produzir e dar uma maior garantia, segurança alimentar e nutricional à nossa população. É com este orçamento que o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através das suas direcções, implementa várias actividades.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Srs. Deputados, alguma pergunta?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, muito bom dia.

A minha preocupação vem na base de melhor qualidade de produtos hortícolas para a população. Gostaria de felicitá-lo, porque houve sucesso no caso da Região Autónoma do Príncipe e Caué. Gostaria de dizer que era bom que continuasse, sobretudo no que diz respeito à formação. Nessas zonas, muitas pessoas não estão muito preparadas para o cultivo de produtos hortícolas, mas Caué foi bem-sucedido.

Por outro lado, a minha grande preocupação está relacionada com AGRIPALMA. Tem uma extensão de terra bem grande, as palmeiras já entraram na fase de produção há 2 anos, com o excesso de andim, grande parte deles não são usados, poderia ser utilizado para fazer azeite e pôr na praça, poderia ser manualmente ou coisa deste tipo, porque o objectivo da AGRIPALMA era a instalação de uma fábrica que já está na fase de construção, mas está a levar muito tempo. Não sei até que ponto o Governo tem estado a pressioná-los, porque é um centro que assegura emprego para muitas famílias de Caué e Cantagalo. Portanto, é para saber até que ponto o Governo está a acompanhar este processo, se estão mesmo a fazer a fábrica. Uma fábrica que consegue aproveitar toda essa produção de andim, de forma que seja uma fábrica não limitada a aproveitar apenas uma parte. Para a grande extensão de terra que lhes foi cedida, caso não estiverem a tirar proveito desta produção, vão chegar à conclusão de que não valeu a pena ter-lhes dado todo esse terreno. Ainda querem mais, mas não sabemos até agora o tamanho da fábrica que estão a construir e o tipo de derivados que vai sair deste produto.

Se o Governo tiver mais informações, que nos dê uma explicação.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado.

Tema palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Obrigado, Sr. Deputado, pela sua preocupação.

Agradeço por aquilo que foi dito, sobre o reconhecimento do Governo na implementação das estufas. É verdade que implementamos 10 estufas, sendo duas na Região Autónoma do Príncipe e oito em São Tomé, dentre elas, uma no Distrito de Caué e outra no Distrito de Lembá. Tendo em conta os grandes problemas que a nossa população tem tido para o consumo de hortaliças, essas estufas são infra-estruturas que dão melhor garantia na produção de qualidade de uma maior produtividade. Neste momento, priorizamos a produção de tomates e pimentão, sendo produtos que a nossa população consome diariamente e, para além de consumirem diariamente, muitas das vezes, na época chuvosa, o preço é acrescido, que nem ficam na disponibilidade das nossas famílias. Eis o motivo que priorizamos os Distritos de Caué e Lembá.

E para lhe informar, uma vez que falou do Distrito de Caué, neste momento, com a produção que existe em Caué, já há excedente. A nossa política é que a própria população consiga consumir todos os produtos, mas infelizmente não tem havido o poder de compra. Embora com o preço acessível dos produtos, demos instruções para que levassem particularmente o tomate para Ribeira Peixe e Porto Alegre, a população não conseguiu consumir e tivemos algum prejuízo. Fomos forçados a trazer toda a produção da semana passada para a cidade capital, o que não é bom para nós nem tão pouco foi o nosso desejo, mas seja como for, tem havido acompanhamento do CIAT, que é a instituição responsável para orientar os técnicos e também os agricultores membros da cooperativa. Há momento próprio para o combate de certas doenças e pragas e tem havido um acompanhamento directo, através do CIAT e ao mesmo tempo através do CADR, pelos extencionistas, para que possam também capacitar os membros da cooperativa, para que se apropriem deste investimento, e que o mesmo seja duradouro.

Quanto a AGRIPALMA, estou plenamente de acordo. Actualmente, tem uma superfície de 2100 hectares cultivados com palmeiras. Como sabem, as palmeiras terão que estar todas num terreno plano, para facultar a sua produção e colheita, e também existe algumas terras que foram atribuídas a AGRIPALMA, mas que, por serem declivosas, não são acessíveis para o cultivo de palmeiras. Para rentabilizar essas mesmas terras, já iniciaram, através do CIAT, com orientações dadas pelo Governo, para que possam obter sementes de boa qualidade.

Gostaria de informar-lhe também que, para além da produção de óleo de palma, estão a iniciar a produção de cacau nas terras declivosas, tendo em conta o acordo que foi feito. Todas essas terras declivosas estão a ser aproveitadas para a produção de cacau. Dos 2100 hectares de terras disponíveis, conseguiram já no ano passado produzir 5165 toneladas de andim e produzir de forma tradicional 175 000 litros de azeite de palma. Portanto, grande parte desse azeite tem sido consumida no mercado nacional e, embora com as dificuldades, têm uma boa potencialidade, uma boa produção. Mais que 5000 toneladas de andim que foi produzido no ano passado, conseguiram aproveitar.

Neste momento, a empresa AGRIPALMA já tem todos os equipamentos para o arranque da fábrica. Os equipamentos todos já estão no País e brevemente farão o lançamento de pedras para iniciar a construção da fábrica, que será uma fábrica que para além de produzir azeite de palma, em função daquilo que são os objectivos da AGRIPALMA, poderão também transformar o azeite de palma em outros produtos.

Uma vez que citou cá a mão-de-obra, para além desses trabalhadores que têm na produção, também na fábrica, obrigatoriamente, terão que envolver mais números de trabalhadores, não só na produção como também quando no momento da transformação do azeite de palma para outros produtos.

Portanto, acreditamos que a AGRIPALMA está no bom caminho e assim que iniciarem as obras, após a conclusão da fábrica, o futuro da AGRIPALMA será mais risonho e depois será uma parte da economia do País que poderá beneficiar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, gostaria de colocar perguntas sobre o problema das terras abandonadas. Tem havido reclamações de pessoas que já fizeram pedidos e até agora não tiveram a resposta. Não sei o motivo, tenho conhecimento de algumas pessoas que tiveram a falar sobre isso, é a razão que eu coloco esta questão ao Sr. Ministro, para que me pudesse esclarecer e esclarecer também os outros.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, gostaria de dizer que esta preocupação colocada por si é também do Governo e sei também que de todos os Deputados da Nação são-tomense. Como todos sabemos, o País, em termos de superfície de terras, tem um total de 1001 km², mas em termos de terras agrícolas temos uma dificuldade de aproveitar todas as terras, porque sabemos que, para além das terras agrícolas, temos as florestas, que são áreas reservadas, Parque Obô, Zona Tampão, que são todas áreas protegidas, mas gostaria de dizer-lhe que temos trabalhado arduamente para podermos dar uma melhor atenção a todos os cidadãos que estão interessados em desenvolver agricultura e pecuária. É verdade que temos tido vários pedidos de terras para serem aproveitadas e, à medida do possível, temos atribuído terras. Temos uma equipa de fiscalização a nível das comunidades, ou mesmo pessoas vizinhas, quando se deparam com alguma terra que está no estado de abandono, solicitam, imediatamente a equipa faz a fiscalização, e sendo essa terra abandonada, mesmo com um título e um beneficiário, rapidamente, autorizamos trabalhar o terreno e, num prazo de 90 dias após a limpeza do terreno, emitimos o título. Estamos a fazer nestes moldes. Já emitimos mais de 200 títulos de terras familiares, em pequenas parcelas, para as parcelas que são identificadas, mas mesmo assim estamos a trabalhar numa perspectiva de podermos fazer melhor serviço, ou seja, identificar as terras que eram médias empresas, que eram pequenas parcelas, através da equipa de fiscalização, para podermos redistribuir. Hoje temos um grupo de terras que temos tido muitas solicitações, estou a falar da terra que a SATOCAU havia anunciado que não ia investir. Todas essas terras, temos tido muitos pedidos, quer de cidadãos nacionais quer de expatriados que querem investir no sector agro-pecuário. Ainda não tomamos nenhuma decisão, porque mesmo tendo a SATOCAU anunciado que não iria investir nessas terras, ainda estão sob gestão e controlo da SATOCAU. Por isso é que ainda estamos a aguardar.

Todas as terras que fizemos o levantamento, estamos a distribuí-las em função das necessidades dos cidadãos e tem havido um melhor resultado. Queremos que todas elas sejam atribuídas àqueles que verdadeiramente querem investir no sector da pecuária e da agricultura, porque a nossa política é dar mais alimento, é garantir a segurança alimentar, é melhorar a condição de vida da nossa população, porque todos sabemos que o mundo rural alberga mais de 60% da população. É por isso que o nosso Governo está empenhado em fazer todos os esforços para que todas as terras que estão no estado de abandono sejam atribuídas àqueles que verdadeiramente querem investir no sector agro-pecuário.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro.

Esclarecido, Srs. Deputados?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Ministro, a falar de SATOCAU, Dona Augusta é uma comunidade onde também houve a intervenção da SATOCAU, há um grande cultivo de cacau, que já está em produção, e há um risco de a população apoderar-se disso, actualmente. Eles têm estado a tirar proveito disto, elas é que estão a tirar o cacau, por vezes a própria SATOCAU compra ou uma outra. Seria bom ter atenção a isso, se está sobre o domínio da SATOCAU, para não gerar polémica mais tarde e evitar que amanhã apareçam pessoas a pedir indemnização. Não estão a tratar destas terras, o capim já está o nível dos cacauzeiros, mas estão a desfrutar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Deputado, na verdade a comunidade de Dona Augusta é uma comunidade em que as terras foram afectadas à SATOCAU. Não só a Dona Augusta como ao nível de outras comunidades, mas uma vez que citou a Dona Augusta, acho que por ser Deputados de Caué e tem acompanhado atentamente as actividades no distrito, quer informar-lhe que, na verdade, aquelas terras encontram-se semi-abandonadas, como eu disse atrás, sob o controlo da SATOCAU. Não iremos pegar as terras que foram atribuídas à SATOCAU e voltar a redimensioná-las, portanto, todas as terras que estão sob a responsabilidade da SATOCAU. Faremos, à medida do possível, a atribuição em jeito de médias empresas. Não iremos redimensioná-las, enquanto os moradores que lá estão desfrutam sem orientações da SATOCAU. Eu pessoalmente já dei instruções aos meus serviços, para que se reunissem com a comunidade, para lhes informar que as terras ainda continuam na pertença da SATOCAU e deve haver uma concertação entre eles. Se vão fazer a colheita do cacau, obrigatoriamente deverão vender a SATOCAU, todo o produto que lá existe, todas as plantações que lá estão são pertenças da SATOCAU. E para que essa produção possa ser aproveitada, têm feito uma pequena capinação, o que não é na totalidade da área, de forma a fazerem uma limpeza disfarçada, para tentar dizer que estão a trabalhar. Mas a verdade é que eu já pedi aos serviços que informassem todos aqueles que estão a usufruir que devem estar em contacto com a Direcção da Empresa SATOCAU, porque estamos apenas a aguardar. Assim que a SATOCAU nos conceder todas essas terras, devido aos desperdícios que têm tido nos investimentos e a localização da SATOCAU, atribuiremos essas terras às médias empresas, que já estão identificadas. Como eu já havia dito, temos vários pedidos de sociedade entre nacionais, expatriados e empresas privadas, que estão prontamente a investir. Todavia, existem cláusulas, são terras que atribuímos à SATOCAU, há um contrato e temos que o respeitar. Não é o Governo que decidiu retirar as terras, mas em função dos custos de investimento que fizeram e conforme estão localizadas as terras, com os seus serviços. Eis o motivo que a SATOCAU decidiu atribuir essas terras, ainda não foram transferidas, mas que o Governo possa também, em alternativa, encontrar outras terras, para que possam continuar a investir. Quero aqui dizer que a SATOCAU, dentro das suas actividades, tem produzido gradualmente. Só para informar aos Srs. Deputados que, no ano passado, conseguiu produzir 1000 toneladas de cacau, sendo 330 toneladas de cacau biológico e 670 toneladas de cacau convencional, com apoios directos da sociedade, o que para nós também traz algum benéfico à economia do País.

Gostaria de dizer aos Deputados que o mesmo caso acontece com as outras comunidades, mas é verdade que ao nível de Dona Augusta tem havido uma maior intervenção dos moradores. Nas outras comunidades tem havido um maior controlo por parte da pequena equipa de controlo, mas, segundo a SATOCAU, tem ainda alguém que responde pelas comunidades em que estão afectas as suas terras.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Sr. Deputado Mário, está esclarecido?

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, à semelhança do contrato com a SATOCAU, sempre na área do cacau, também temos a empresa Diogo Vaz, outra parceria, quase não se ouve a falar, será que essa parceria está de pé?

Por outro lado, também há o cultivo de café, há também um outro parceiro que está em Monte Café que também quase que não se ouve falar. Aquilo está moribundo até que ponto aquilo está Sr. Ministro? Faz favor, isto nos preocupa.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, em função das suas preocupações, gostaria de dizer que temos acompanhado atentamente a Empresa KIMISOM de Diogo Vaz, e estão neste momento a renovar a área cacausal. Têm tido uma perspectiva na melhoria da produção, mas eles têm feito um trabalho, no nosso entender, tanto é que pedimos que pudessem fazer um pouco mais de esforço no investimento, porque sabemos que a zona de Diogo Vaz também é bastante produtiva. Logo, estamos a acompanhar atentamente. Mesmo ao nível da empresa já foi solicitada a possibilidade de conceder mais terras que estão no estado de abandono, mas dissemos que enquanto as terras que têm a primeira hora deverão rentabilizar todas essas terras, em função da renovação, para que possa ter a área totalmente cultivada, e a política também da empresa é poderem transformar o cacau internamente. Mas a nossa grande preocupação e a nossa exigência é que produzam muito mais e que possam dar emprego às populações circundantes, quer da zona de Neves quer também da Zona de Santa Catarina. Todavia, tem havido uma intervenção regular da própria empresa.

Concernente ao café, na ex-roça Monte Café, gostaria de dizer que existe lá uma cooperativa de produtores de café, a chamada CECAFE, que também, através de apoios dos parceiros, tem produzido localmente o café transformado. Estão a transformar e tem havido uma grande adesão no consumo do café no País. Como sabem, o nosso café é famoso. O café arábico é aquele que temos na CECAFE, principalmente na zona de Monte Café. Produzem café arábico e também estão inseridas algumas comunidades que produzem o café robusta. Estou a falar das zonas de Colónia Açoriana, Santa Catarina, no Distrito de Lobata, Pouso Alto e Água Coimbra, onde também produzem o robusta e esta cooperativa tem produzido uma certa quantidade de café. Basta dizer que no ano passado esta cooperativa produziu, em cereja, 27 toneladas de café. Todo esse café é transformado e o mercado interno tem consumido todo o café, quer nos postos de venda quer também nos serviços hoteleiros, o que para nós é bastante bom, apostarmos e podermos transformar o produto localmente e ser valorizado pelos cidadãos e também os turistas e visitantes estrangeiros que passam pelo nosso país.

No que concerne à própria empresa, até hoje continua no estado de abandono. Já tivemos várias propostas, há 2 anos tivemos dois parceiros que queriam investir em Monte Café, inclusive chegamos a assinar um memorando de entendimento, de forma que a sociedade pudesse investir, fizemos todo o trabalho, desanexamos terras que estavam em estado de abandono, algumas médias empresas em Monte Café, de forma a podermos dar resposta ao pedido dos investidores, mas o que aconteceu é que, pelo facto de a sociedade querer fazer duas culturas, de café e de baunilha, infelizmente Monte Café não zona propícia para a produção de baunilha. Baunilha terá que ser cultivada numa zona com temperatura mais alta. Temos por exemplo Lobata, que é uma zona ideal para a produção de baunilha. Como já não temos terras para atribuir ao nível de Lobata, o investidor desencorajou-se e disse que não queria fazer apenas o cultivo de café. Foi o motivo do abandono.

Todavia, recebemos outros parceiros que visitaram Monte Café e estamos abertos. A cada momento que os investidores solicitam, estamos disponíveis. Como sabem, Monte Café agrega um grande número de jovens que estão desempregados, temos muitas famílias que têm alguma dificuldade e não têm como dar assistência. Logo, é preocupação do Governo resolver este problema o quanto mais rápido possível.

Também não é pelo facto de termos as terras abandonadas que vamos decidir pegar nelas e atribuir a um investidor que sabemos que ao invés de resolver os problemas, irá complicar e criar-nos mais problemas. É por esta razão que estamos a analisar esta questão com a maior responsabilidade, de forma que, quando encontrarmos um verdadeiro investidor e sentirmos que ele na verdade quer investir em Monte Café, estaremos abertos a qualquer momento, para fazermos a concessão de todo o espaço e as infra-estruturas que lá existem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador, para uma intervenção.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI): — Não estive presente na explanação do Sr. Ministro, se estiver errado que me corrijam, por favor. Trago aqui uma preocupação que se calhar me toca e que não vi a escrito aqui neste projecto. Tem a ver com a problemática do abate de árvores. Gostaria de falar neste aspecto, para fazer uma proposta, porque justamente não vejo nenhuma descrição aqui relativamente a esse aspecto. Sabemos que em São Tomé e Príncipe há esse problema de abate abusivo de árvores. Gostaria de perguntar, Sr. Ministro, não havendo aqui nenhuma proposta orçamental, para levar a cabo as medidas que devem ser tomada para continuar a pôr cobro a essa situação que nos afecta bastante e de que maneira, colocando-nos numa situação complicada, com a mudança climática que se faz sentir, obviamente conhecemos que o declínio dessa questão parte mesmo nesse sentido abusivo, então, em sequência disso

temos exemplo da Região Autónoma do Príncipe, que já começou a fazer a plantação de árvores. Há sempre essa proposta de substituição de árvores, que tem seus custos, obviamente. Pergunto aqui ao Sr. Ministro o que se está a pensar, para criar condições para levar a cabo programas de plantios de árvores?

Na Região Autónoma do Príncipe, há um dia reservado para a plantação de árvores. Achemos muito bom, porque não é só na Região Autónoma do Príncipe, já tínhamos essa experiência nos outros países, promovendo o plantio de árvores e criando condições, não só ao nível ministerial, mas ao nível mesmo de toda a Nação.

Gostaria que levasse esta preocupação ao Conselho de Ministros, a fim de que haja uma consciência mais integrada das pessoas neste sentido.

Peço desculpa, não vejo aqui nenhum reforço da verba, que possa ajudar nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, obrigado pela sua preocupação.

Para dizer que a problemática das florestas, no nosso entender não é apenas a preocupação do Governo, como também de todos os cidadãos são-tomenses.

Primeiro, sabemos que hoje as pessoas ganharam o hábito de viver a vida fácil, através da natureza. Preferem abater árvores para que consigam resolver os seus problemas pessoais. Hoje, se conscientemente pusermos todas as terras que temos em produção, já não teremos árvores comerciais. Pelo contrário, até as árvores de frutas estão a ser abatidas. É por esta razão que ao nível da Direcção das Florestas tem havido um enorme esforço para combatermos este flagelo, que tem sido bastante difícil.

Sabemos que muitas pessoas hoje, muitos operadores de motosserra, fazem abate já nas zonas protegidas, na área florestal, porque mesmo ao nível das parcelas já não há árvore para serem abatidas. Todavia, não estamos de braços cruzados. Tem havido um grande esforço de equipa técnica, temos pedido também a colaboração do Ministério da Defesa e Administração Interna, para que os militares e os nossos polícias também possam nos ajudar, mas infelizmente tem havido muita dificuldade para podermos sanar este flagelo.

Quero dizer ao Sr. Deputado e a todos que estão cá e que nos escutam que, embora não tenhamos inscrito no orçamento, temos outros parceiros, como é caso do PNUD, e estamos a produzir mudas, viveiros, para fazermos a redistribuição em todas comunidades que necessitam. Mesmo a nível da Direcção das Florestas, perto da nossa cidade, próximo do quartel, temos um centro de viveiros que distribuímos. Produzimos viveiros e fazemos a distribuição regularmente para todos aqueles que necessitam. E temos feito a diversidade de plantas, só que o que temos constatado é que há espécies que levam muitos anos para o crescimento e não tem havido adesão por parte dos produtores. Eu estou a falar por exemplo da amoreira, do gôgô e da azeitona, que são árvores que aos nossos produtores muito pouco interessam, mas tem havido adesão das outras plantas que crescem rapidamente.

Portanto, estamos a acompanhar atentamente, e estamos a fazer esse esforço e reconheço aquilo que os serviços, através da Direcção das Florestas e também da Direcção do Parque, têm feito para que possamos, em parceria com a Direcção-Geral do Ambiente, encontrar uma forma mais eficaz de fazermos a distribuição dessas plantas.

Por outro lado, também estamos a pensar em encontrar mecanismos e o Governo já tem na sua agenda a preocupação de encontrar parceiros, de forma a importarmos mesmo prancha ou toros, para podermos produzir materiais, de forma a vender a um preço equitativo, para diminuirmos o abate de árvores. Tanto é que sabemos que, mesmo ao nível da região da África Central, embora havendo a grande quantidade de árvores, alguns países vizinhos já não querem abater árvores e fazer vendas directas de toros. Por quê? Porque tem sido desperdício. E pegando nestas madeiras, nestes toros, preparando a possibilidade de fazer móveis, o que não acontece com os nossos madeireiros. Se fizermos cálculos daquilo que são os desperdícios com as motosserras durante a serragem, durante o fabrico dos materiais, torna bastante prejudicial para o próprio país. O mais triste é que temos, ao nível da nossa sociedade, pessoas que têm conhecimento, que sabem de antemão que estamos a destruir a natureza, porque essas árvores que temos hoje levaram mais de 50, 70, 80 anos. Abatem discriminadamente, não plantam e assim continua o perigo para o próprio País. É por essa razão que por parte do Governo, mesmo embora não temos cá inscrito, através dos parceiros, juntamente com os fundos que a Direcção das Floresta também arrecada pelas multas que são aplicadas, temos feito este esforço para podermos produzir mais viveiros e distribuir aos nossos produtores, em particular, e à própria população, aqueles que estão interessados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Técnicos, bom dia.

Tenho uma pergunta, que é uma preocupação. Acompanhamos o Governo e particularmente o Ministério de Agricultura, o Ministério que trata sobretudo da nossa barriga, questão de segurança alimentar, é um

Ministério também que hoje em dia assegura, em coordenação com outro Ministério, das Obras Públicas, a questão do ambiente, sobretudo a questão das florestas.

Eu gostaria, Sr. Ministro, que nos ajudasse a perceber melhor o sector com suporte em dados estatísticos. Quer dizer, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista das florestas, quantos hectares perdemos? De 1 ou 2 anos para cá, quantos hectares de terra perdemos? Nesse processo de plantação de árvores, quantos hectares? Quantas plantas introduzimos na terra?

Do ponto de vista de produção alimentar, do ponto de vista percentual, quantas toneladas crescemos.

Do ponto de vista do cultivo também quantos hectares conseguimos?

Portanto, Sr. Ministro, penso que é por aí que mesmo nós, como representante do povo, também temos algum suporte para estar ao lado e poder explicar que estamos bem, que o País e o próprio Governo dão um sinal de que de facto há um progresso e há um crescimento.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado, Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Gostaria de informar ao Sr. Deputado que falar de dados estatísticos, neste momento, torna-se difícil, porque hoje temos o controlo das árvores que se pede autorização do abate. E muitas vezes o número daquelas árvores que são abatidas clandestinamente é superior em relação às que foram solicitadas o abate. Por essa razão, temos dificuldades em ter dados estatísticos reais, mas a verdade é que temos a consciência de que as coisas não vão bem. Temos a consciência de que tem havido um abate indiscriminado, tem havido cidadãos que não pensam no futuro do País, só pensam no presente. Todavia, temos é que trabalhar paulatinamente para podermos atribuir responsabilidade a todos esses cidadãos, do que será o futuro do País em termos de abate de árvores.

Temos feito um grande esforço e estamos a falar da melhoria da garantia de segurança alimentar e nutricional. Temos as novas tecnologias de produção. Recentemente, durante a sua ausência, falamos aqui sobre a tecnologia de produção em estufa que vem ajudando no aumento da produção e também na boa qualidade dos produtos, mas ao falarmos de produção e da segurança alimentar acima de tudo, temos que pensar na produção orgânica. E hoje estamos a produzir compostos orgânicos, para diminuirmos a importação e utilização de produtos tóxicos, os produtos químicos, e isso poderá também garantir a qualidade de produtos que os nossos agricultores produzem.

Estamos a trabalhar na conservação de certos produtos e também das frutas, estou a referir-me a hortaliças e frutas. Enquanto houver necessidade e excedente de produtos, poderemos encontrar soluções. E porque não podemos apenas produzir e consumir produtos frescos, tem sido também preocupação do Governo apostar em produtos transformados e hoje temos uma série de produtos que estão a ser transformados, e a nossa população, os nossos turistas, têm aderido de boa qualidade.

Voltando um pouco atrás, é o CIAT que tem a responsabilidade de certificar estes produtos que, para além de serem frescos, também estamos nesta perspectiva de transformar alguns.

Dizer que não é só em termos das hortaliças e legumes. Se reparar, os nossos produtores hoje, das feiras que realizamos, tem havido uma grande adesão da nossa população. Tem havido uma grande adesão dos nossos produtores que trazem produtos e, quando o Governo não realiza feiras, são os produtores que solicitam a feira, porque têm excedente do produto e querem comercializá-los. Para nós é motivo de grande satisfação.

Uma vez que o Sr. Deputado coloca esta preocupação, é para informar já a todos que vamos retomar a nossa feira. A partir da próxima semana ou na primeira semana do mês de Março, vamos retomar a feira para comercializarmos os produtos, o que tem sido grande preocupação dos nossos produtores.

Portanto, para dizer que estamos no bom caminho e que a nossa agricultura, embora com algumas dificuldades que temos tido, estamos dar passos largos.

Acho que dei resposta às suas preocupações, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador, para uma intervenção.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, é na esteira daquilo que foi a resposta do Sr. Ministro há bocado. De facto sabemos que o Governo está preocupado e certamente pensa em ter uma decisão para essas preocupações, mas também surge outra preocupação relativamente à questão de cooperação com os agricultores, em matéria de feiras. Feiras são bem-vindas, toda gente gosta, toda gente quer, aliás já teve o seu eco e pensamos que possa crescer mais, mas crescer de forma a ajudar a toda a população. Há um problema que já vem e não se sabe se com esta nova abertura já se está a pensar em melhorar a situação. É o problema do preço. Dá-se conta que o que é vendido lá no local de partida, muitas vezes, na feira é o mesmo preço. Portanto, aqui já se tinha levantado algumas questões e não sabemos se até aqui já há medidas, para poder tentar melhorar esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Quanto à preocupação levantada pelo Sr. Deputado, é verdade que no ano passado houve algumas críticas sobre os preços que são aplicados no Mercado de Penha, mas quero aqui dizer que muitas vezes, infelizmente, os nossos consumidores que chegam tardiamente ao espaço, quando encontram já algum produto esgotado, são surpreendidos com os preços. Mas quero aqui informar que, no ano passado, na quadra festiva, realizamos duas feiras e os preços dos produtos foram acessíveis. Enquanto o pimentão, em todas as quadras festivas, os preços ultrapassavam 80 dobras, iam até 100 a 120 dobras, no final do ano vendemos o pimentão a 40 dobras. Estou a referir-me a novas dobras, mas na altura era 40 000 dobras. As pessoas compraram o pimentão a bom preço. É o mesmo que aconteceu com o tomate. Em Dezembro, época natalícia, temos dificuldade, mas as pessoas compraram o tomate também a bom preço. Outros produtos também foram vendidos a bons preços.

Falando também da carne. Fizemos a promoção da carne de porco, diminuámos e vendemos até os leitões. Portanto, é o que vamos fazer e existe uma comissão que está a trabalhar, para que possa haver aplicação dos preços. Mas é verdade que quem dita o preço é a concorrência do produto. Havendo excedente do produto, é lógico que podemos encontrar preços mais acessíveis e quando não há grande quantidade de produção, é lógico que o preço será mais alto. E o Governo está a trabalhar para que haja sempre uma maior produção e produtividade, de forma que os agricultores possam produzir muito mais e que a nossa população também possa consumir tudo a um preço mais acessível.

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado Sr. Ministro.

Srs. Deputados Mário Fernando e Carlos Correia, peço o favor de estarem mais atento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro perguntou se eu estava satisfeito com a sua resposta, gostaria de dizer que não fiquei satisfeito, porque também sou Presidente da 4.^a Comissão Especializada Permanente, encarregue de assuntos económicos e agricultura, e algumas vezes somos convidados a participar em alguns fóruns, em forma de convite do PNUD, a nível mesmo da Assembleia, e somos questionados. Quando participamos nestes fóruns, sobretudo quando lidamos com parceiros de outro lado, temos que trabalhar com dados estatísticos. Por isso insisto neste aspecto, para que o Ministério possa dar uma atenção à Direcção de Estudos e Planeamento, não sei se é esse sector que é encarregue, mas de uma forma geral, mesmo na Direcção de Pecuária ou Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura que possa ajudar-nos e sustentarmos também a nossa posição com dados estatísticos. Porque é o que nos permite avaliar se de facto temos excedente de produção, que estamos a crescer.

Mesmo ao nível da produção de carne, precisamos saber quantas toneladas são produzidas por ano, quantas foram produzidas no período homólogo.

A questão da floresta é para levarmos a sério, porque hoje com a questão de mudanças climáticas, e porque estamos numa ilha, é necessário protegermos as nossas florestas. E é o Ministério encarregue, sobretudo porque tem a Direcção das Florestas, tem um controlo e precisamos saber se isso pode ser calculado. Quantos hectares de espaços da floresta foram abatidos? Assim, permite-nos como Deputados planear, ter alguma ideia, quer do ponto de vista de intervenção, e como cidadão também podemos acompanhar bem a acção do Governo.

Portanto, Sr. Ministro, insisto, se não for possível agora, que pudesse dotar a Direcção de Estudos e Planeamento de todos os meios possíveis, para que possamos trabalhar, com base em dados estatísticos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Deputado, acho que quando intervirm, talvez que não tenha sido explícito.

Neste momento, não estou munido de dados estatísticos, mas não quer dizer que o Ministério da Agricultura não tem dados estatísticos. Se o Ministério da Agricultura não tiver dados estatísticos, de qualquer forma, não podemos falar daquilo que são as melhorias. Repito, neste momento, não estou munido destes dados. Temos estas informações, temos os dados actualizados e aliás estamos a trabalhar em parceria com a Direcção de Estatística, que é a instituição vocacionada para apresentar os dados estatísticos do País e, na base disso, já estamos a trabalhar na melhoria.

No ano passado, houve uma formação com uma equipa, de forma a podermos, durante este ano, fazer uma colecta, para que possamos ter dados mais fiáveis. Mas não venha dizer que não temos dados. Temos dados, mas neste momento não estou munido destes dados, porque não esperava ter alguma interpelação sobre os dados estatísticos, mas sim em termos daquilo que são as evoluções e projecções para o Sector Agro-pecuário.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, não vou fazer perguntas propriamente ditas, mas gostaria de manifestar a minha satisfação pelo facto de o Ministério, no ano passado, ter organizado várias feiras agrícolas para vendas de produtos. O Sr. Ministro, aquando da resposta às questões de dois Deputados que me antecederam, fez alusão aos preços dos produtos, que na feira dependiam também da concorrência. E disse mais que a pessoa que chegasse tarde à feira poderia comprar o produto a um preço mais alto, se é isto que eu percebi.

É só para dizer ao Sr. Ministro que muitas coisas fogem ao nosso controlo, o que é natural, porque o Ministério tem uma equipa que organiza a feira e algumas coisas que podem fugir ao nosso controlo.

É só para dizer que para as próximas feiras tentássemos controlar a situação, para que na feira não houvesse vários preços. Não pode. Porque se o Ministério está a organizar, tem que investir na organização dessas feiras. O Ministério coloca à disposição da associação dos produtores transportes e investe bastante. Logo, é preciso que a equipa que está à frente deste processo, desta organização, tente controlar os preços dos produtos. Porque uma coisa é uma associação que produz um determinado produto, a equipa dizer ao Ministério que vai vender a cenoura a 40 dobras, chegar lá e vender a 50 dobras. Acho que isto é um bocado complicado. Quer dizer, o preço não pode variar. Se houve acordo com o produtor, no sentido de vender o produto a um determinado preço, quer a pessoa que chegar à feira às 7 horas, quer a que chegar às 18 horas, deve comprar ao mesmo preço. A não ser que o produto acabe. Se acabou, pronto, não há para ninguém. Porque sabemos que o Ministério investe bastante na feira não pode haver exploração. Alguns agricultores exploram, o que não é natural. Tendo em conta que há esse investimento, temos que fazer tudo para que o consumidor se sinta satisfeito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Obrigado, Sr. Deputado, pela contribuição.

Quando me referi ao preço, no final, disse que depende da quantidade do produto, porque sabemos como é que os nossos comerciantes são. Aliás, temos exemplos de quando há escassez de um produto no mercado, os comerciantes têm a tendência de esconder o produto e aplicar outro preço. É mesma coisa que também acontece com os nossos produtores. Logo às primeiras horas, os consumidores vão comprando e, quando dão por conta que o produto está a esgotar, porque não veio grande quantidade para feira e as pessoas ainda querem, têm esta tendência de aumentar o preço.

Mas estou plenamente de acordo com o Sr. Deputado, tanto é que pedimos à equipa de fiscalização para controlar os preços, porque há um preço estabelecido para todos os produtos, e não pode haver preços variantes para vários consumidores. Eu não posso comprar a um preço mais acessível e a segunda e terceira pessoa comprarem a um outro preço. Estamos a trabalhar sobre isso, de forma que a nossa feira seja contínua, aliás estamos a trabalhar nesta feira só este ano, em penha para retalhista. Porque depois de termos o mercado de Bobô Foro em seu pleno funcionamento, aquele mercado será mais a grossista e não será retalhista. Por quê? Porque vamos transformar aquele espaço num centro de conservação e comercialização de produtos e lá servirá para os serviços hoteleiros, os serviços de supermercados, que poderão comprar a grosso e levar para os seus respectivos serviços.

Enquanto tivermos excedente de produtos, porque estamos pela calibragem de produtos, pensamos aqui também com os nossos países vizinhos, para podermos começar a exportar, aliás já tem sido uma negociação que eu pessoalmente já tenho feito com o parceiro, de forma que possamos encontrar mecanismos de não só consumirmos aqui, enquanto tivermos excedente, para podermos também exportar estes produtos.

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais inscritos, agradeço que o Sr. Ministro faça algumas considerações sobre o Ministério.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer a todos os Srs. Deputados. O País é de todos nós e todas as preocupações que foram cá levantadas são legítimas e sabemos que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural, como disse o Sr. Deputado Abnildo, é o Ministério que briga com a barriga de todo o povo são-tomense. Logo, para além da alimentação, também temos outros problemas que brigam com a terra, que brigam com a natureza, logo, todos teremos que dar a nossa quota-parte.

Por parte do Governo, nós, o Ministério da Agricultura, tudo faremos dentro das nossas possibilidades e naquilo que está traçado no OGE. Agradecemos é que os Srs. Deputados tomem em consideração aquilo que está apresentado e façam avançar mais este orçamento, para que possamos implementar, porque todos nós sabemos que a agricultura nunca espera. Temos épocas faseadas e devemos respeitar, em termos de certas culturas. Pessoalmente, gostaria de contar com a colaboração de todos, para que possamos ter este documento o mais rapidamente possível aprovado, para implementarmos aquilo que está delineado.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado, Sr. Ministro.
Não sei se há mais questões.
Não havendo, passemos de imediato para o outro ministério.

Eram 13 horas 20 minutos.

Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Maria das Neves Baptista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido da Convergência Democrática (PCD):

Jorge Coreia